

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso discute regra sobre criptomoedas ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estoque de R\$ 1 trilhão do Carf afeta pagamento de advogados ..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte pode deduzir do IR exame de Covid feito em hospitais, clínicas e laboratório  
..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência: essencial, mas desconhecida (Editorial) ..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

"Ricos" com fundão, partidos devem R\$ 84 milhões aos cofres públicos ..... 7

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Pagamento irregular do Auxílio Emergencial de R\$ 300 pode chegar a R\$ 808,9 milhões,  
aponta CGU ..... 10

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Agência Brasil explica o que muda na prova de vida do INSS ..... 12

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Concurso público para o INSS já (Artigo) ..... 13

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Determinação do governo é reduzir imposto do diesel, diz Ciro Nogueira ..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

OCDE e o Acordo de Livre Comércio com o Reino Unido: oportunidades para o Brasil (Artigo)  
..... 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Círculo vicioso desafia o país (Artigo) ..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Política de preços da Petrobras divide pré-candidatos ao Planalto ..... 18

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O desastre da PEC dos Combustíveis e da PEC Kamikaze (Editorial) ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Banalização das PECs aumenta incertezas - SERGIO LAMUCCI.....	21
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Guedes resiste e ainda tenta anular PEC dos combustíveis.....	22
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Alta do barril pode levar a reajuste dos combustíveis.....	23
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Inflação segue em alta e não dará trégua.....	24
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Pauta econômica ditará o tom dos debates.....	25
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
ICMS sobre combustíveis pode ter solução fácil (Artigo).....	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO ECONOMIA	
O imbrochável vai a Moscou - MATHIAS ALENCASTRO.....	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST ECONOMIA	
Juros em dois dígitos levam atenções para Tesouro Direto.....	30
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
As atuais metas de inflação são irrealistas (Artigo).....	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Juro alto é um remédio amargo, mas necessário".....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
No roteiro de Bolsonaro na Rússia, encontro com CEOs e críticas à Venezuela.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
BCs se movem para subir juro dos dois lados do Atlântico (Editorial).....	37

# Congresso discute regra sobre criptomoedas

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3)

# Estoque de R\$ 1 trilhão do Carf afeta pagamento de advogados

**Beatriz Olivon De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134)

# Contribuinte pode deduzir do IR exame de Covid feito em hospitais, clínicas e laboratório

Exames de diagnóstico de Covid-19 realizados em hospitais, clínicas e laboratórios no ano de 2021 poderão ser deduzidos do Imposto de Renda de 2022. A possibilidade de abater gastos com testes de Covid na declaração, no entanto, não inclui exames feitos em farmácias, mesmo que seja apresentada nota fiscal, informou a **Receita Federal**.

As declarações do Imposto de Renda de 2022 poderão ser enviadas a partir do início de março, em data que ainda será divulgada pela Receita.

O contribuinte deve ter os comprovantes de pagamento dos testes feitos, caso seja solicitado pelo fisco, e ficar atento para declarar corretamente o valor pago, além do número do CNPJ da clínica, hospital ou laboratório.

O passo a passo é o mesmo para declarar outras despesas médicas. Para gastos com saúde, não há limite de valor a ser declarado, mas falhas ao informar essas despesas costumam estar entre os principais motivos que levam o contribuinte à malha fina.

A Receita recomenda que os comprovantes de pagamentos sejam guardados em forma física ou digital por pelo menos cinco anos. SP

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49814&\\_ga=2.267913294.1584659839.1644043159-1541969934.1641019805&anchor=6449667&pd=55ae3ac5fec63bf3eda7914301482f47](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49814&_ga=2.267913294.1584659839.1644043159-1541969934.1641019805&anchor=6449667&pd=55ae3ac5fec63bf3eda7914301482f47)**

# Previdência: essencial, mas desconhecida (Editorial)

## Correio Braziliense

Islândia, Holanda e Dinamarca lideram o grupo restrito de nações com os melhores e mais eficientes sistemas de previdência no planeta, de acordo com o índice Global Pension Index, elaborado pelo Instituto Mercer-CFA. No ano passado, o Brasil perdeu em pontuação para 30 das 43 nações que integram o ranking. Os critérios considerados combinam recursos suficientes do sistema, sustentabilidade e ambiente regulatório.

No entanto, mais que isso, há um princípio que busca impedir a pobreza na velhice, conceito que não se percebeu prioritário na discussão da reforma brasileira da Previdência e nem sequer agora, quando o que preocupa é a própria manutenção do **INSS** e de suas verbas. O corte de R\$ 988 milhões dos recursos do instituto no Orçamento de 2022, que o presidente Jair Bolsonaro determinou, significa prenúncio de colapso, para especialistas em sistema previdenciário. O veto deve ser apreciado num ambiente desfavorável de corrida às eleições de outubro pelo Congresso Nacional, agora retomando seu funcionamento.

O Parlamento prevê votar, amanhã, a série de vetos do presidente. Manter os cortes será reforçar o calvário dos brasileiros dia após dia atrás de atendimento e à espera da análise de processos para o justo descanso do trabalho ou acesso a benefícios sociais previstos. É como se o Brasil não admitisse a previdência como direito fundamental do cidadão, pressuposto que deveria reger as discussões envolvendo as necessidades do sistema, por excelência, um sistema solidário.

Enquanto nos recusarmos à definição do seguro social como garantia de vida digna para a população, pressuposto adotado em sociedades desenvolvidas, o país não vai encarar os problemas e evitar retirada de verba, como a situação imposta ao **INSS**. As aposentadorias e pensões precisam ser entendidas como dever coletivo e solidário, o que já garantiria empenho por dinheiro suficiente e combate ao privilégio das regras vigentes para categorias do setor público, inclusive após a reforma da Previdência, aprovada em 2019, a exemplo dos militares do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Circularam informações em Brasília dando conta de que o relator do Orçamento 2022, Hugo Leal (PSD-

RJ,) obteve a promessa do governo de rever a tesourada no **INSS**. O risco da perda de votos para a reeleição pode ter sido o motivo, mas nada de concreto surgiu da suposta negociação. Como justificar o fato de o governo e os parlamentares terem preservado recursos, neste ano, para o fundão eleitoral e as emendas secretas do relator, em vez da verba que sustenta a engrenagem do sistema de previdência no país?

Há estimativas da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) de que o **INSS** perdeu cerca de 40% de suas verbas, o que tem potencial para não só prejudicar os trabalhadores como esticar ainda mais a fila para concessão de benefícios, formada por 1,8 milhão de pessoas. A área de administração nacional do instituto teria sido a que mais perdeu com os vetos de Bolsonaro, no valor de R\$ 709,8 milhões.

Os serviços de processamento de dados do **INSS** perderam R\$ 180,6 milhões, projeto de melhoria contínua outros R\$ 94,1 milhões e o departamento de reconhecimento de direitos de benefícios previdenciários ficou sem R\$ 3,4 milhões. Os cortes também agravam dificuldades estruturais que se arrastam sem solução, como a falta de servidores e agências sucateadas. A fila de atendimento reflete, de outro lado, a paralisação das perícias médicas, devido aos períodos de avanço da covid-19.

Se o apelo dos brasileiros parece pouco para sensibilizar Parlamento e governo, há de ser lembrada a importância de um sistema digno para o desenvolvimento socioeconômico dos países. Dados levantados pela pesquisadora Ana Amélia Camarano, do Ipea, indicam que 35% dos 72,6 milhões de domicílios no Brasil têm ao menos um idoso. Os benefícios pagos a essas pessoas consistem em única fonte de renda para 18,6% do total de lares brasileiros.

# "Ricos" com fundão, partidos devem R\$ 84 milhões aos cofres públicos

**ANDRÉ SHALDERS BRASÍLIA**

Os partidos políticos chegaram ao ano eleitoral de 2022 devendo R\$ 84 milhões aos cofres públicos - considerando débitos já parcelados ou alvo de acordo esse número supera R\$ 100 milhões. Boa parte diz respeito a multas aplicadas pela Justiça Eleitoral, mas há também pagamentos atrasados para a Previdência e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos funcionários e **impostos** não recolhidos. A maior dívida é do PT: R\$ 23,6 milhões, quase quatro vezes o valor devido pelo segundo colocado, o Democratas (DEM), com R\$ 6,5 milhões.

A existência de dívidas não impede que os partidos continuem recebendo recursos públicos do Fundo Partidário (cerca de R\$ 1 bilhão) e do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC), conhecido como "Fundão Eleitoral" - o Orçamento de 2022 separou mais R\$ 4,9 bilhões para as campanhas eleitorais deste ano. As multas e dívidas também não alcançam a pessoa física dos dirigentes e ex-dirigentes das siglas.

A maioria dos diretórios dos partidos procurados pela reportagem não quis comentar, mas, informalmente, alguns dirigentes atribuíram a responsabilidade pelas dívidas aos antecessores.

A maior parte da dívida do PT é com a **Previdência Social**: R\$ 16,4 milhões. Em seguida, vêm as multas da Justiça Eleitoral (R\$ 5,1 milhões). Há também dívidas de **impostos** (R\$ 709 mil) e de FGTS (R\$ 135 mil). No caso do PT, todas as dívidas dizem respeito aos diretórios estaduais (R\$ 12,7 milhões) e municipais (R\$ 10,8 milhões).

Procurada, a direção nacional não quis dar explicações.

Dos dez diretórios mais endividados do País, quatro são do PT. O campeão é o diretório estadual no Rio Grande do Sul, com R\$ 8,1 milhões em cobrança.

O diretório municipal do PT em São Paulo vem em seguida, com R\$ 4,6 milhões - o valor é composto por dívidas previdenciárias, descritas como "em cobrança" pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

No caso do diretório gaúcho, há também **impostos**

atrasados, além das dívidas com o **INSS**.

O PT é a segunda legenda que mais recebeu recursos do Fundo Partidário em 2021 - R\$ 95,2 milhões -, atrás apenas do PSL, com R\$ 112,7 milhões.

Ao todo, 31 dos 33 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) têm algum tipo de dívida com a União - as exceções são o Novo, sigla criada em 2015, e a Unidade Popular, legenda de esquerda que obteve o registro formal em 2019.

Para obter os dados, o Estadão confrontou os mais de 32 mil CNPJs dos partidos brasileiros com a base de dados da Procuradoria da Fazenda.

**ENDIVIDADOS.**

Dos 32.013 diretórios nacionais, estaduais e municipais, quase um quinto (17,1%) carrega algum tipo de dívida com a União, seja como devedor principal ou solidário, no caso de multas eleitorais que são aplicadas a uma coligação com várias legendas. Proporcionalmente, a sigla com mais diretórios endividados é o PSB, com mais de um quarto de seus CNPJs relacionados a algum tipo de débito. Procurada, a legenda também se recusou a explicar a situação.

Assim como o PT, a maioria dos partidos concentra suas dívidas nos órgãos municipais e estaduais, deixando a direção nacional livre de débitos.

As dívidas dos diretórios nacionais de todos os partidos somam pouco menos de R\$ 2 milhões, ou 2,2% do total. Enquanto isso, os diretórios municipais e estaduais ficam com 47,5% e 50,2% dos débitos, respectivamente.

No conjunto dos partidos, a maior parte das dívidas é com a Previdência e o FGTS dos funcionários, com pouco mais de R\$ 30 milhões dos R\$ 84,3 milhões em cobrança - isto é, que não foram alvo de acordo ou benefício fiscal.

O maior débito em cobrança carregado pela direção nacional de um partido pertence ao Cidadania, com pouco mais de R\$ 512 mil. A legenda disse que está negociando parte das dívidas previdenciárias e pagando aos poucos o montante devido.

## JURISPRUDÊNCIA.

Em setembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) tomou uma decisão que favorece o comando nacional das legendas: por maioria, a Corte arbitrou que os débitos dos diretórios municipais e estaduais são de responsabilidade apenas deles mesmos, e não da direção nacional.

A ação foi movida por DEM, PSDB, PT e Cidadania - juntos, os diretórios estaduais e municipais desses quatro partidos somam R\$ 37,1 milhões em dívidas.

Ao seguir o entendimento do relator do caso, o ministro Dias Toffoli, a maioria do STF declarou constitucional um trecho da Lei dos Partidos Políticos segundo o qual as dívidas são de responsabilidade exclusiva do diretório.

## DEPENDÊNCIA.

Especialista em direito eleitoral e doutor em direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP), o advogado Renato Ribeiro de Almeida explica que a existência de dívidas não impede as legendas de receberem recursos públicos. "Embora isto possa ser polêmico, o que o legislador pensou foi em garantir a existência do pluripartidarismo no Brasil. Muitos partidos dependem dos recursos públicos.

Se eles ficassem impedidos de receber (os fundos Partidário e Eleitoral) em função das dívidas, criaríamos uma situação que inviabilizaria a participação deles nas eleições e o trabalho deles ao longo do ano", diz ele, cuja tese de doutorado é sobre o funcionamento dos "partidos negócios".

Uma regra que dificulta a vida dos dirigentes partidários é a de que as multas eleitorais não podem ser pagas com dinheiro do Fundo Partidário.

Para quitar essas punições, as legendas precisam buscar outras fontes de recursos.

"Como o Fundo Partidário é dinheiro público, do Orçamento, e uma das fontes dele é justamente as multas eleitorais, as legendas não podem usar recursos dos Fundos Eleitoral e Partidário para pagar essas dívidas. Ele tem que fazer uma arrecadação privada. O que é um grande problema, porque é muito difícil no Brasil você ter esse tipo de doações hoje", diz o advogado especialista em direito eleitoral Luiz Eduardo Peccinin, que é doutorando em Direito na Universidade Federal do Paraná.

Mesmo estando longe de ser a maior fonte de receita dos partidos, algumas legendas obtêm doações. A

Direção Nacional do PT, por exemplo, declarou ao TSE ter recebido R\$ 9,1 milhões de pessoas físicas no ano passado.

A pendência mais antiga inscrita na Dívida Ativa da União é um débito contra o Diretório Estadual do PSDB no Rio de Janeiro, de março de 2000. Segundo a base de dados da Procuradoria da Fazenda, os partidos têm dívidas ativas de R\$ 646,3 mil com mais de 20 anos sem acordo ou negociação.

Regra Dívidas não impedem que as legendas continuem recebendo recursos públicos

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

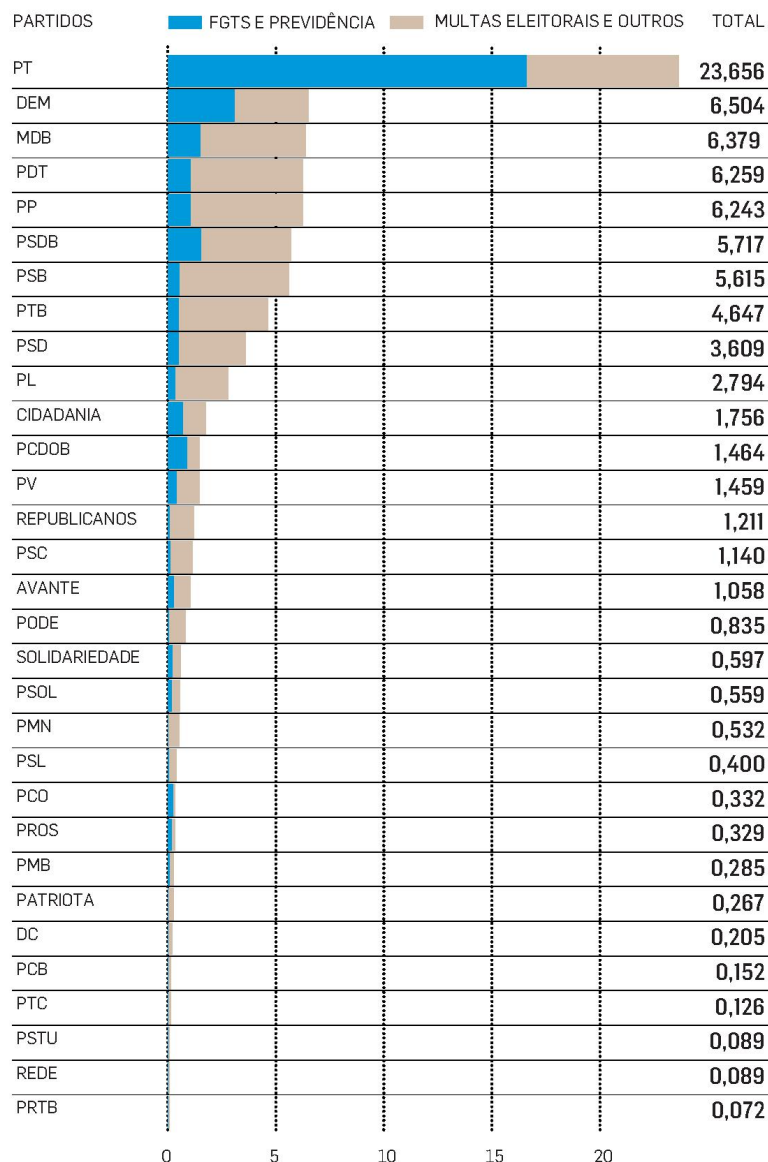


## AS DÍVIDAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM A UNIÃO

### Por tipo de dívida

PT é o mais endividado, em termos absolutos. Cifras incluem apenas débitos em cobrança, que ainda não foram parcelados ou alvo de acordo

EM MILHÕES DE REAIS



# R\$ 84,383 milhões

TOTAL GERAL

R\$ 30 milhões

FGTS E PREVIDÊNCIA

R\$ 54,3 milhões

MULTAS ELEITORAIS E OUTROS

\*VALOR EM COBRANÇA, EXCLUINDO DÉBITOS JÁ PARCELADOS OU ALVO DE ACORDO

FONTES: TSE E PGFN. ELABORAÇÃO: ESTADÃO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# Pagamento irregular do Auxílio Emergencial de R\$ 300 pode chegar a R\$ 808,9 milhões, aponta CGU

*Por Jamile Racanicci e Marcelo Parreira, TV Globo - Brasília*

A Controladoria-Geral da União (CGU) encontrou indícios de que o pagamento irregular do Auxílio Emergencial de R\$ 300 - que vigorou por quatro meses em 2020 - pode ter chegado a R\$ 808,9 milhões em 2020.

Ao mesmo tempo, a CGU identificou famílias que não receberam todas as parcelas a que tinham direito.

Em relatório do final do ano passado, o órgão avaliou que 1,8 milhão de pessoas podem ter recebido as parcelas indevidamente - o número equivale a 3,2% do total de 56,8 milhões dos beneficiários.

O governo federal pagou Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600 mensais no início da pandemia de Covid, entre abril e agosto de 2020. Depois, prorrogou o benefício por quatro meses em valor menor, de R\$ 300. Essa extensão foi analisada por uma auditoria da CGU por meio de cruzamento de dados.

O relatório publicado em dezembro de 2021 aponta que, entre os beneficiários do programa, havia:

cerca de 15,7 mil pessoas com indicativo de óbito; mais de 38,2 mil presos em regime fechado; aproximadamente 16,7 mil residentes no exterior; quase 822 mil trabalhadores com vínculo formal de emprego; quase 240 mil famílias com renda mensal superior ao limite; cerca de 18 mil famílias com mais de um beneficiário; 75,6 mil pessoas que receberam mais parcelas do que o programa permitia; mais de 160,6 mil pessoas que recebiam um benefício do **INSS** simultaneamente, e 442,2 mil beneficiários que receberam o Bolsa Família ao mesmo tempo em valor acima do teto.

Como consequência, o Ministério da Cidadania passou a adotar ações preventivas para suspender, bloquear ou cancelar benefícios com indicativo de irregularidades.

Porém, segundo a CGU, parte dos beneficiários receberam menos parcelas - e a situação deles é

"relacionada quase integralmente" às ações preventivas do ministério.

O relatório também aponta que parte dos benefícios irregulares nessa etapa do Auxílio Emergencial foram devolvidos à União. Somados, devoluções e estornos dos valores não sacados totalizaram R\$ 44,4 milhões.

Deduzindo o valor que voltou aos cofres públicos, os pagamentos indevidos que exigem "adoção de providências pelo Ministério da Cidadania" somam R\$ 764,5 milhões.

## Irregularidades similares

Ainda segundo a CGU, as possíveis irregularidades identificadas nessa etapa do Auxílio Emergencial possuem similaridades com outras fases do programa - as parcelas de R\$ 600 pagas anteriormente e a versão de 2021 do auxílio.

Assim, a CGU recomendou que o ministério verifique as inconsistências cadastrais apontadas pela auditoria - já que o cruzamento de dados, isoladamente, não é capaz de comprovar as irregularidades.

Ainda, a controladoria sugeriu que a pasta ajuste as bases de dados dos beneficiários, avalie a pertinência de adotar "medidas para solicitação de devolução" dos recursos e tome "providências operacionais" para evitar novos pagamentos indevidos.

## O que diz o ministério

Em resposta à CGU, o Ministério da Cidadania afirmou que o método usado pela auditoria não considerou os benefícios que foram cancelados na revisão mensal ou em decorrência das recomendações dos órgãos de controle - como a própria CGU.

Ainda, a pasta alegou que houve "expressivo aumento" nos valores que foram devolvidos pelos beneficiários ou estornados por não terem sido movimentados no prazo dado pela lei.

Além disso, o Ministério da Cidadania disse que o relatório chegou com atraso - quando a última parcela

do Auxílio Emergencial, de outubro de 2021, já tinha sido paga. Com isso, não houve como processar cancelamentos relativos a essas irregularidades na folha de pagamentos.

"Não houve tempo hábil para processar os arquivos com efeitos ainda no momento de vigência [do programa]", afirmou o ministério.

A pasta também afirmou que, uma vez que os pagamentos indevidos forem verificados e confirmados, a devolução dos recursos será solicitada.

**Site: <https://g1.globo.com/economia/auxilio-emergencial/noticia/2022/02/07/pagamento-irregular-do-auxilio-emergencial-de-r-300-pode-chegar-a-r-8089-milhoes-aponta-cgu.ghtml>**

# Agência Brasil explica o que muda na prova de vida do INSS

Agência Brasil explica o que muda na prova de vida do **INSS**

Comprovação deixa de ser presencial e baseia-se em cruzamento de dados

Uma das obrigações mais recorrentes para aposentados e pensionistas mudou neste mês. Desde a última quarta-feira (2), a prova de vida para os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deixou de ser presencial e passou a basear-se no cruzamento de outras bases de dados do governo.

As regras foram alteradas por portaria publicada no Diário Oficial da União. A principal novidade foi a inversão da lógica de comprovação. Em vez de o aposentado ou pensionista provar que está vivo, caberá ao **INSS** certificar-se de que o segurado não morreu.

Antes, o segurado precisava ir a uma agência bancária. Segurados com biometria facial registrada no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) ou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) podiam fazer a prova de vida digital no aplicativo Meu **INSS**. Idosos a partir de 80 anos ou pessoas com dificuldade de locomoção podiam pedir visita em domicílio, agendando horário pelo telefone 135 ou pelo app Meu **INSS**.

Agora, a ida ao banco será opcional e usada apenas como último recurso. O **INSS** terá acesso a dados como votação em eleições; registro de transferências de bens; vacinação; consultas pelo Sistema Único de Saúde; ou renovação de documentos como RG, carteira de motorista ou passaporte. Se alguma movimentação tiver acontecido nos dez meses posteriores ao aniversário do segurado, o **INSS** considerará o beneficiário vivo.

Caso não haja registro de movimento nesse período, o próprio órgão fará outras formas de comprovação de vida, a serem definidas no futuro. Ao anunciar as novas regras, o **INSS** informou que estuda soluções como a generalização da prova de vida digital, com um sistema de envio de fotos por aplicativo a partir de 2023, ou a manutenção do envio de **servidores públicos** para a coleta de dados biométricos na casa do aposentado ou pensionista. Segundo o **INSS**, o novo processo será implementado gradualmente

até 31 de dezembro.

O mês de aniversário do segurado como data para a prova de vida não mudou. As novas regras já valem para todos que fazem aniversário após 2 de fevereiro, data de publicação da portaria. Se o segurado quiser regularizar pendências de anos anteriores, poderá ir ao banco fazer a prova de vida presencial, se quiser. A portaria estabelece apenas que ele não pode ser obrigado pela instituição financeira a procurar uma agência bancária.

Atualmente, cerca de 35 milhões de aposentados e pensionistas precisam provar, todos os anos, que estão vivos, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência. De acordo com o **INSS**, as mudanças ocorreram para evitar ao máximo que idosos precisem sair de casa e reduzir dificuldades para segurados com problemas de saúde.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2022/02/07/agencia-brasil-explica-o-que-muda-na-prova-de-vida-do-inss.htm>

# Concurso público para o INSS já (Artigo)

Paulo César Régis De Souza

Vice-presidente Executivo da Associação Nacional dos **Servidores Públicos**, da Previdência e da **Seguridade Social**-Anasps

Infelizmente, estamos passando por momentos difíceis, com uma terrível pandemia que se arrasta por dois anos no mundo inteiro e que, a cada momento, quando pensamos em estar seguros com a primeira dose da vacina, vem a segunda onda. Tomamos a segunda dose e vem a variante Delta, com mais infectados e mais mortes. Partimos então para dose de reforço. Agora estamos imunizados. Ledo engano! Chegou a variante Ômicron, mais devastadora, que infecta o ser humano mais rápido. Então só nos resta usar máscaras, álcool em gel, higienização a todo momento, distanciamento e rezar.

No entanto o mundo não pode parar, o Brasil não pode parar, o campo tem de produzir, a indústria tem de produzir, o comércio tem de vender, os turismos têm que continuar, os profissionais de saúde têm que continuar a atender e salvar vidas, a ciência tem que continuar sua incessante busca na cura, enfim o mundo gira em torno do trabalho do homem. Na **Previdência Social**, não deve ser diferente. Os servidores têm que continuar concedendo os benefícios previdenciários, aposentadorias e pensões. Temos hoje, com dados do governo, mais de 2 milhões de benefícios represados. Represamento que se acentuou nos últimos três anos com a pandemia. Mais de quatro mil militares desembarcaram no **INSS** para baixar o represamento. Não adiantou. O fechamento das unidades de atendimento com a pandemia não zerou. Quem tinha direito buscou seus direitos expandindo a demanda com concessão precarizada. Em 2019, o **INSS**, aos trancos e barrancos, concedeu 5,1 milhões de benefícios (5,1% mais do que em 2018) e em 2020, com a pandemia correndo solta, 4,8 milhões (6,2% menos do que em 2019). Os dados iniciais de 2021 apontam queda de 3,3% na concessão para 4,3 milhões (até novembro). Um milagre! Muito trabalho, mesmo em home e em condições severas.

O **INSS** não parou. Foi represando e concedendo. Superando todos os desafios que lhe foram **impostos** pela pandemia e pelo governo. O quadro de servidores do **INSS** foi duramente sucateado. Mais de 15 mil se aposentaram. Temos hoje 1/4 do número de servidores necessários para a concessão de 4,0 milhões de benefícios/ano e 35 milhões de

manutenção de benefícios previdenciários. Muitos dos nossos servidores estão trabalhando em home (em casa). Pergunto: em que condições? Usando seus próprios equipamentos, usando sua Internet, seu computador, seu celular?

Será que o governo está preparado para receber esses abnegados de volta ao trabalho? Terão alguma assistência psicológica, algum treinamento? Algum reconhecimento?

Terão algum aumento salarial, já que estão há mais de três anos sem aumento. Qual o novo plano do governo para acabar com os dois milhões de represamento?

O sonho da previdência sem servidores, bancos sem bancários, universidades sem professores, hospitais sem médicos e paramédicos é uma farsa sem sentido nem lógica. No caso do **INSS**, só quem pode conceder o pagamento de benefício de prestação continuada é servidor concursado (há quase 100 anos é assim). Para garantir que não haja fraude, sempre terá sua senha anexa ao processo que conceder. Para não me omitir, vai minha ajuda e sugestão: concurso público já. Os dois milhões que estão nessa fila invisível já pagaram e têm direito a receber. Muitos ignoram que este processo vai fechar a quinta geração de brasileiros atendidos pelo **INSS**. Serão 100 anos em 24 de janeiro de 2023.

**Sítio:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=logins&edicao=10242>

# Determinação do governo é reduzir imposto do diesel, diz Ciro Nogueira

**Economia**

/  
por

**Agência Estado - Economia**

O diesel é o principal alvo do governo para conter a alta nos preços dos combustíveis, segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira. "A determinação é reduzir os **impostos** federais no que diz respeito ao diesel, que é o fator mais complicado. Sei que a população sofre com a questão da gasolina, mas o diesel é o que transporta os alimentos e as pessoas nas grandes cidades", declarou Nogueira em entrevista ao programa Canal Livre, da Band, na madrugada desta segunda-feira (7). "A ideia é darmos condições para que os governadores também reduzam, já que estão arrecadando tanto."

Nogueira disse que o governo de Jair Bolsonaro se preocupa em manter a estabilidade do país, fundamental para conter o avanço do dólar e evitar novas altas dos combustíveis. "Hoje temos um dólar que não deveria estar nesse valor. Era para estar abaixo de R\$ 5, e acho que vamos chegar nisso. Passamos por muita instabilidade, muitos problemas, saímos do meio de uma pandemia", analisou.

O ministro-chefe da Casa Civil também ressaltou os obstáculos **impostos** pela necessidade de importação de cerca de 30% do refino do petróleo, atribuída à falha na conclusão de refinarias como a Abreu e Lima, em Pernambuco, e a Premium I, no Maranhão.

Segundo Nogueira, o país seria autossuficiente e estaria menos suscetível ao ambiente externo caso a Petrobras tivesse concluído essas obras.

Sobre o andamento da pauta das reformas, o ministro reforçou a necessidade de uma reformulação na área tributária, para combater "o sistema mais complexo e injusto do mundo". Nogueira afirmou que a politização do assunto impediu o avanço de uma solução no Congresso, mas prometeu a medida em um eventual segundo mandato de Bolsonaro.

"Aprovamos a reforma na Câmara, mas chegou no Senado e foi travada. Lá o governo tem muita

dificuldade. A **reforma tributária** talvez seja a mais complexa de todas, porque envolve todos os poderes, interesses do empresariado, trabalhadores", disse o ministro. "Mas não tenho dúvida: se ganharmos a reeleição de Bolsonaro, ela irá sair no próximo governo. Teremos um sistema muito mais enxuto, que leve o País a uma perspectiva de crescimento, para que a população tenha justiça na hora de pagar **impostos**."

Nogueira garantiu também que a privatização da Eletrobras, atualmente em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), será concluída neste ano. Caso não haja investimentos no setor de energia, de acordo com o ministro, o País pode entrar em colapso.

Ciro Nogueira afirmou que o governo ainda não chegou a uma definição sobre o reajuste salarial para o funcionalismo público, mas admitiu que não há verba no Orçamento para um aumento linear a todas as categorias em 2022. O ministro disse que o aumento de benefícios dos servidores, como o vale-alimentação, é uma das alternativas cogitadas.

"Os servidores merecem aumento, é legítima a reivindicação. Mas se não tivermos responsabilidade quanto a isso, quem vai sofrer não é o funcionalismo, e sim as milhões de pessoas que estão passando fome. É difícil de sair, a não ser que tenha uma discussão de corte de gastos, que pode acontecer no Congresso", afirmou Nogueira.

**Site:** <http://noticias.r7.com/economia/determinacao-do-governo-e-reduzir-imposto-do-diesel-diz-ciro-nogueira-07022022>



# OCDE e o Acordo de Livre Comércio com o Reino Unido: oportunidades para o Brasil

## (Artigo)

**Ana Paula Vitelli - Presidente da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil**

A aprovação pelos membros do conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na semana passada para que o Brasil dê início, de maneira formal, às negociações para entrar na entidade, comumente considerada "clube dos países ricos", nos aponta uma série de mudanças de postura e adesão a diversos instrumentos normativos aos quais teremos que nos submeter. Como forma de mostrar seu interesse, o Brasil havia iniciado o processo e, até essa semana, foram 103 adesões dos 251 instrumentos necessários.

Formalmente, os países da OCDE estão comprometidos com o cumprimento de boas práticas para o funcionamento de seus governos e economias. Essas boas práticas fazem parte do dia a dia de comitês de associados da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil (Britcham), que visam fomentar discussões e atividades focadas em diversos temas, ampliando a sinergia na agenda do Brasil com o Reino Unido e as relações comerciais e de investimentos já existentes, sempre em aprimoramento.

A entrada na OCDE vai ao encontro do que a Britcham tem discutido há mais de um ano em relação ao acordo de livre comércio entre Brasil e Reino Unido. Uma das sinalizações do governo brasileiro, anunciada em 28 de janeiro último, diz respeito à proposta de zerar, até 2029, a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em transações com moeda estrangeira. Tamanha iniciativa poderia mudar um cenário negativo, que mostra que, sem os devidos acordos, empresas acabam pagando mais **tributos** para comercializar serviços em nosso país, o que resulta em uma fuga de investimentos. O alinhamento das regras brasileiras às da OCDE seria um passo importante para atrair mais investidores.

No final do ano passado, o Comitê de Comércio e Investimentos Internacionais e o Comitê Legal, Tributário Regulatório da Britcham organizou o Congresso Relações Bilaterais Brasil-Reino Unido, quando foi apresentado um estudo feito pela

Confederação Nacional das Indústrias (CNI), em parceria com outros órgãos, com 50 multinacionais que investem no Brasil. A pesquisa apontou que 86% das empresas consideraram que um acordo para evitar a dupla tributação aumentaria o comércio de serviços entre os países, com estímulo ao comércio de bens, redução de custos de financiamento e aquisição de novas tecnologias. Com a OCDE e a consequente adesão a diversas regras e ordenamentos regulatórios, o país avançaria em aspectos como maior estabilidade jurídica e econômica, ampliando questões tributárias e resolvendo pontos como alíquotas máximas a serem aplicadas em cada um dos rendimentos.

Entendemos, assim, que há muitas possibilidades de ampliar a sinergia na agenda do Brasil com o Reino Unido e as relações comerciais e de investimentos existentes a partir da nossa entrada na OCDE.

A Britcham, dado o potencial de cooperação em diversos temas, como mineração, agronegócio, tecnologias, energias renováveis, meio ambiente e economia verde, entre outros, tem muito a contribuir. Observando os valores que a OCDE preconiza para entrada de um país em sua organização, destacamos para análise brasileira a "preservação da liberdade individual; valores da democracia; proteção de direitos humanos; além de economias de mercado abertas, competitivas, sustentáveis e transparentes".

Soma-se a tudo isso, o compromisso diário da Câmara Britânica na promoção de um crescimento econômico sustentável e inclusivo, contribuindo com debates que visem, por exemplo, zerar emissões de carbono e progredir para uma agenda de meio ambiente e do clima cada vez mais eficaz.

Nesse contexto, o posicionamento da Britcham durante a 26ª Conferência das Partes (COP26) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Glasgow no último mês de novembro, reforçou a atuação da Câmara Britânica frente a discussões e no fomento de novas ideias acerca de temas de relevância social, ambiental e econômica. Temos sido palco para realização de webinars e reuniões setoriais como forma de contribuir

com governos e empresas para tais mudanças, estando dispostos a agir em todo o processo.

A Câmara Britânica reconhece que há muito o que se fazer para a melhoria do ambiente de negócios e para uma maior inserção do Brasil nas cadeias globais de valor. E com o foco de todos os agentes brasileiros, nas esferas pública e privada, em ações concretas para garantir a efetivação de acordos e promessas firmadas, haverá a melhoria de nossa imagem no âmbito internacional. Essa mudança refletiria diretamente na atração de novos investimentos para diversos setores de nossa economia.

Ana Paula Vitelli - Presidente da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil



# Círculo vicioso desafia o país (Artigo)

**Márcio Coimbra**

Quando olhamos para as decisões emanadas de Brasília, fica uma certeza: o Brasil gasta muito, e gasta mal. Precisamos entender as razões desses gastos, que passam longe das necessidades dos brasileiros e alimentam privilégios vergonhosos. Vivemos uma aliança da corrupção com o caos econômico, um círculo vicioso que se retroalimenta e que se não for debelado seguirá consumindo as riquezas e a renda que produzimos no país.

As mazelas de nossa economia, que vão do desemprego até a **inflação**, têm clara relação com a corrupção e o modelo de compadrio e privilégio em vigência no Brasil. Jamais solucionaremos os problemas de nossa economia se não atacarmos de frente a questão da corrupção, principal gargalo de dinheiro público que conhecemos. A Lava-Jato provou que o sistema brasileiro está apodrecido e, se não for reformado, condenará nosso país à instabilidade econômica e social.

Investimentos públicos de qualidade somente ocorrem em um sistema transparente e oxigenado, com respeito aos instrumentos legais e com atuação severa de órgãos de controle. Do contrário, o gasto público torna-se apenas instrumento para execução de desvios, dando corpo a um sistema podre e corrupto, que atua simplesmente pela sua manutenção no poder, gerando serviços de péssima qualidade para uma população cada vez mais empobrecida.

O Brasil não gasta pouco. Nossos gastos públicos são maiores que muitos países emergentes e proporcionalmente maiores que a maioria do mundo desenvolvido. Somos o país que mais gasta com proteção social, cerca de 13% do **PIB**, enquanto países desenvolvidos aplicam 7% de sua riqueza e os emergentes, 4%.

Somos o 7º país que mais gasta com funcionalismo, mais que Suécia e Inglaterra, nações com serviços públicos de alta qualidade. Como vemos, o Brasil gasta mal. Nosso modelo nacional de gestão pública é ultrapassado, somos reféns de corporações que visam apenas manter seus privilégios e a corrupção corrói qualquer chance de mudança.

É preciso que os brasileiros entendam que não faltam recursos. Falta seriedade com o dinheiro dos pagadores de **impostos**. Sobram gargalos de gastos. Faltam sistemas de controle efetivo. São cargos

demais. Falta auditoria. Sobram esquemas. Falta punição. Sobra corrupção. Falta reação da sociedade. Sobram acordos de bastidor e compadrio. Falta meritocracia. Sobram empresas públicas. Nenhum país sobrevive com um sistema perverso assim. A mudança é urgente.

O Brasil precisa quebrar esse modelo, sob pena de estar condenado à miséria e à pobreza. Sabemos que nossa nação merece e pode mais do que isso. É preciso romper com o velho, com os mesmos projetos que já amais foram capazes de erguer nosso país ao patamar que sabemos poder alcançar. Se quisermos dar o primeiro passo em direção ao resgate de nossa nação e de nossa economia, precisamos de meios efetivos para combater a corrupção e limitar o tamanho do governo.

Vivemos um círculo vicioso, uma aliança da corrupção com o caos econômico. É preciso debelar esse sistema perverso que se retroalimenta das misérias de nosso país.

Márcio Coimbra, Presidente da Fundação da Liberdade Econômica, cientista político, ex-diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/02/2022/p1>

# Política de preços da Petrobras divide pré-candidatos ao Planalto

**Douglas Gavras**

A política da Petrobras para o preço de combustíveis - cujos reajustes sucessivos têm se refletido no bolso dos motoristas e na inflação - divide os pré-candidatos à Presidência e deve estar em debate até o pleito de outubro.

O chamado PPI (Preço de Paridade de Importação) foi implementado em 2016, no governo Michel Temer (MDB) e na gestão do ex-presidente da Petrobras Pedro Parente.

A política foi mantida por Jair Bolsonaro (PL), e o atual presidente da empresa, Joaquim Silva e Luna, defende que a petroleira tem de praticar preços de mercado e não pode fazer política pública.

Líder nas pesquisas, o ex-presidente Lula (PT) tem opinião oposta. Ele afirma que não existe razão para que o preço seja internacionalizado.

Na quinta-feira (3), em entrevista a uma rádio do Paraná, o petista reafirmou que pretende acabar com a política que obriga a petroleira a repassar os reajustes de acordo com o mercado internacional.

"Não vamos manter o preço da gasolina dolarizado. É importante que o acionista receba dividendos quando a Petrobras der lucro, mas não posso enriquecer o acionista e empobrecer a dona de casa, que vai comprar feijão e paga mais caro por causa da gasolina." O ex-presidente complementou que é preciso governar para todos, mas priorizar os que mais necessitam. Segundo a assessoria de Lula, o político é favorável a uma solução para os preços dos combustíveis que reflita o custo nacional e que seja utilizada a capacidade ociosa de refino.

Em segundo lugar nas pesquisas, Bolsonaro tem travado uma disputa com os governadores, ao associar a alta dos preços ao aumento de impostos estaduais, como o ICMS.

Bolsonaro também tem se eximido de culpa pelos sucessivos aumentos, ao dizer que a política de preços é fruto de erros dos governos passados. "Alguém acha que, se o bandido voltar para cá, vai voltar a gasolina para R\$ 3? Ele já fez no passado, o que elevou o endividamento de vocês", disse o

presidente durante um evento com funcionários da Petrobras, em referência a Lula.

Ao mesmo tempo, o Palácio do Planalto elaborou uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que permite a redução de tributos sobre os combustíveis e a entregou a um deputado da base para ser protocolada na Câmara.

Já o ex-ministro Sérgio Moro (Podemos) defendeu na semana passada que a privatização da Petrobras e de outras empresas públicas, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, deve ser considerada, sem preconceitos. "Se puder privatizar tudo, ótimo." Segundo o ex-juiz, é possível encontrar soluções paliativas para as altas de preços, mas a causa, que é a perda de credibilidade e de confiança no Brasil, precisa ser enfrentada.

"Se a gente não controlar a inflação e não reduzir o dólar, não resolve o problema. É preciso fomentar a competição de mercado. Outro passo é discutir, de maneira permanente e com responsabilidade fiscal, a redução dos tributos." Sobre a possível manutenção da atual política de preços, Moro diz que não pode antecipar o que está sendo discutido como coordenação econômica de sua pré-campanha.

Em vídeos divulgados em seu canal no YouTube, o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) afirmou que mudaria a política de preços no primeiro dia de um eventual governo.

"Anunciarei a compra de papéis dos acionistas insatisfeitos, que será feita da forma mais criteriosa possível, preservando os interesses coletivos e o equilíbrio da empresa." Ciro diz que será criado um modelo especial de financiamento, usando uma parte das reservas internacionais do país, como uma espécie de empréstimo ao governo.

Ele defende a substituição do PPI por um novo índice chamado PPE (Preço Paritário de Exportação), que seria uma média considerando o custo de exploração, produção e refino mais o preço de exportação de diesel das refinarias brasileiras e o preço do diesel nas refinarias americanas.

"O Brasil paga preços como se não tivéssemos uma gota de petróleo no subsolo, nem refinarias. Não serei

nem um explorador, como Bolsonaro, nem um esbanjador, como [o ex-presidente da Venezuela] Hugo Chávez." Consultor econômico da campanha de Ciro em 2018, o professor Nelson Marconi, da FGV, diz que a proposta de privatização da companhia aumentaria o problema.

"A lógica vai ser a mesma de hoje e perderíamos o controle de um insumo estratégico do qual outros países não abrem mão. Se esse modelo for implementado, o que vai prevalecer é a maximização do lucro." Na avaliação do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), os preços domésticos devem guardar paridade com os internacionais, e os artificialismos prejudicam a Petrobras e mandam sinais ruins para os investidores.

"Parte das pressões nos preços domésticos dos combustíveis decorre de perda de credibilidade do governo, e a alta desses preços poderia ter sido compensada pelo enfraquecimento do dólar. Do ponto de vista estrutural, é recomendada a venda das refinarias da Petrobras para inserir maior concorrência no setor e incentivar investimentos", disse por meio de nota.

Ainda segundo Doria, é necessário incluir formatos que suavizem as variações de preços, especialmente no diesel, na gasolina e no gás de botijão.

Na visão de Maurício Canêdo, professor da FGV Energia e da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), não há uma opção certa ou errada, apenas escolhas que a sociedade está disposta a fazer para arcar com os custos.

"A política atual é basicamente os preços que vigorariam se a Petrobras fosse privada ou se o refino fosse inteiramente privado. A única que mudaria seria não ter mais pressão sobre o governo para modificar os preços." Ele lembra que, antes do PPI, não havia uma política de preços objetiva, e a Petrobras decidia por meio de seu acionista principal, a União. Em vários momentos, o preço da gasolina e do gás estavam descolados dos externos.

"Podemos fazer uma política específica para famílias mais pobres que não conseguem comprar gás. Não dá para fazer isso em larga escala, com gasolina e diesel. O ideal é fazer isso pelo Orçamento."

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49814&\\_ga=2.267913294.1584659839.1644043159-1541969934.1641019805&anchor=6449667&pd=55ae3ac5fec63bf3eda7914301482f47](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49814&_ga=2.267913294.1584659839.1644043159-1541969934.1641019805&anchor=6449667&pd=55ae3ac5fec63bf3eda7914301482f47)**

# O desastre da PEC dos Combustíveis e da PEC Kamikaze (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Banalização das PECs aumenta incertezas - SERGIO LAMUCCI

*SERGIO LAMUCCI*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3)

# Guedes resiste e ainda tenta anular PEC dos combustíveis

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3)

# Alta do barril pode levar a reajuste dos combustíveis

**Gabriela Ruddy Do Rio**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134)

# Inflação segue em alta e não dará trégua



Fernanda Strickland

Após uma semana marcada por mais uma alta agressiva de juros, com a taxa Selic chegando a 10,75% ao ano, o mercado conhecerá, na próxima quarta-feira (9), a **inflação** do mês de janeiro medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A perspectiva dos especialistas é de que, independentemente do resultado de janeiro, a **inflação** ainda será forte em 2022.

O IPCA é um dos principais indicadores a ser divulgado nos próximos dias e pode impactar na postura do Banco Central sobre o ciclo de aperto monetário no país. Segundo o mestre em economia Benito Salomão, a projeção da **inflação** para 2022 tende a terminar acima da meta do Banco Central. "Na verdade, os comunicados do Banco Central têm mostrado que ele vai agir para tentar fazer a **inflação** convergir a partir de 2023", afirmou.

"Para este ano não há muito o que fazer. Porém deve haver uma desinflação, que está relacionada com o aperto monetário que já foi feito. Como o pacote de combustíveis, que deve reduzir o indicador a curto prazo, as chuvas podem contribuir para a queda de preço na energia elétrica, porque os reservatórios devem ficar mais cheios", explicou o economista. "Mas tudo isso não deve guiar a **inflação** de volta para a meta em 2022".

O alvo de **inflação** perseguido pelo Banco Central é de 3,5% neste ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para o economista, em 2022, a **inflação** deve permanecer forte, em torno de 7%. "O que, na minha opinião, ainda é muito elevado. É o dobro do teto da meta do Banco Central", afirmou. "Vai ser um grande desafio para o BC, porque a política fiscal está sendo expansionista".

## Impactos

Para o especialista, cada vez mais o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem atrapalhado o processo de desinflação. O Auxílio Brasil - antes Bolsa Família, por exemplo, tem um impacto macroeconômico. Segundo o economista, esse dinheiro que vai para as famílias de baixa renda, se torna consumo e aumenta a demanda. A PEC dos Combustíveis, que visa desonerar os preços, tende a elevar o consumo também.

Salomão apontou que é necessário ter uma combinação de políticas monetária e fiscal. "O BC está fazendo uma grande contração monetária para poder desinflacionar a economia. Mas, por outro lado, a política fiscal, que é comandada pelo Guedes, está soltando benefícios, dando exonerações e aumentando gastos em uma série de questões. Neutralizando, assim, o efeito da política monetária", disse. "É muito difícil para o Banco Central guiar a meta da **inflação** sozinho".

Na última semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco do Brasil (BC) elevou a Selic, a taxa básica de juros, mais uma vez, para 10,75% ao ano. Com isso, a taxa básica atinge os altos patamares já esperados por especialistas do mercado financeiro. É a primeira vez que os juros vão a dois dígitos, desde 2017. E é o oitavo reajuste consecutivo na taxa Selic que, desde março, tem elevado as taxas em 0,75%. A elevação do indicador foi maior nas três últimas reuniões, de 1,5%.



# Pauta econômica ditará o tom dos debates

**Maria Eduarda Cardim**

Diante de um cenário econômico fragilizado, com altas taxas de desemprego, **inflação** nas alturas, aumento da pobreza e da fome no Brasil, a condução da política econômica está no centro das atenções dos eleitores na hora de escolher um candidato para votar em 2022. Pesquisas apontam que o principal problema do país indicado pelos cidadãos está na economia. Portanto, o tema deve dar o tom das eleições deste ano. Para especialistas, **inflação**, desemprego e crescimento da renda do brasileiro devem ser os temas dominantes dos debates.

Diferente da última eleição, em 2018, na qual demandas como combate à corrupção, segurança pública e busca pela "nova política" nortearam o cenário, este ano o principal foco dos eleitores será a economia. "O que as pesquisas que lidam com as aflições dos brasileiros vêm mostrando é que a pobreza e o emprego se tornaram as principais preocupações, e isso vai guiar a escolha do eleitor", constatou o professor de economia da Universidade Federal do ABC (UFABC) Fábio Terra.

O economista e professor dos MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Mauro Rochlin concorda e acredita que, em 2022, o impacto da situação econômica sobre a intenção de voto se dará principalmente por conta do momento vivido pelos brasileiros. "Ano passado, o **PIB** desabou, o mercado de trabalho derreteu, a taxa de desemprego subiu mais de 15% e, como se isso não bastasse, a gente está tendo esse ano uma **inflação** que ultrapassa os 10%. Então, acredito que esse quadro dramático é o motivo pelo qual a economia ganha destaque no momento das eleições", explicou Rochlin.

Terra concorda e pontua que a pandemia da covid-19 contribuiu para a formação de um cenário dramático no âmbito econômico. Contudo, ele indica que algumas questões, como a falta de emprego, já estão latentes no país há algum tempo. "Enquanto a questão da fome volta a ser uma preocupação, o desemprego é algo que já vem há algum tempo e que a pandemia agonizou. Já estava ruim e, com a pandemia, piorou, e isso entrará fortemente no radar do eleitor", ponderou o professor de economia.

## Destaques

Além da questão do desemprego, o economista Rochlin acredita que a **inflação** também será foco de

atenção dos eleitores que acompanharão de perto os debates entre os candidatos. "Mesmo que a população em geral seja leiga em economia, ela sente no bolso a alta de preços. O bolso é o órgão mais sensível do ser humano. Então, mesmo que o eleitor não saiba exatamente qual é a taxa de **inflação** medida pelo IPCA, ele sente no bolso o que está acontecendo em termos de preço", avalia.

Fábio Terra indica que para observar os temas econômicos que vão ter referência nos debates eleitorais é preciso olhar para os três atores envolvidos nesta equação: os eleitores, o mercado financeiro e os candidatos. "Os eleitores estarão basicamente pedindo ajuda para um próximo presidente para escapar da pobreza. Logo, pedirão emprego que traz renda, que traz segurança contra a pobreza e a fome. O mercado estará fazendo as demandas que sempre faz, como consolidação fiscal e reformas. E os candidatos, nesse meio termo, tentando costurar um agrado ao mercado e um agrado a quem vota. Então, a pauta da próxima eleição se dá nessa triangulação", analisa.

## Mudança de cenário

No entanto, o discurso que cada candidato adotará pode mudar até lá, já que o cenário econômico dos meses antecedentes ao pleito vão influenciar bastante na postura adotada pelos presidentiáveis. O cientista político e vice-presidente da Arko Advice, empresa de análise política com sede em Brasília, Cristiano Noronha, indica que os eleitores costumam se apegar a como a economia está no momento próximo das eleições para definir o voto.

"Por isso, o governo atual aposta em ações para 2022, como privatizações e concessões, e acredita que a economia pode responder positivamente para que, eventualmente, o presidente Jair Bolsonaro tenha uma recuperação da popularidade", pontuou. O economista Rochlin acredita que os níveis de **inflação** nos meses de campanha eleitoral também serão fundamentais para determinar as intenções de voto.

"Não adianta dizer que hoje a **inflação** está em 10%, que a população está revoltada e, por isso, Bolsonaro não conseguiria se reeleger. Acho que é um pouco cedo para dizer isso. A gente precisa olhar o cenário da véspera da campanha da eleição", alegou. Ele explica que, se a **inflação** estiver controlada em agosto e setembro, isso ajudará o discurso do governo. Mas se isso não acontecer, o que se fortalece é o discurso da oposição.

Rochlin aponta que a perspectiva é de queda da **inflação** até o período da votação. Segundo ele, três fatores explicam essa estimativa. O primeiro deles é a estabilidade no preço dos commodities, como petróleo, minério de ferro, milho e trigo. O segundo ponto é a estabilidade do dólar.

"Por mais que a gente saiba que o dólar está caro, é o mesmo valor que estava um ano atrás. Então, o preço do produto importado não deve aumentar, deve ficar com preço estável", observou. "O último fator que podemos citar é a alta da taxa de juros. A taxa Selic foi muito aumentada e essa taxa de juros mais alta inibe o consumo", completou.

Velho modelo

Ainda que a atenção dos eleitores tenha se voltado para a economia, os especialistas destacam que, historicamente, o tema é um fator preponderante para a definição do pleito. "Podemos citar como exemplos o sucesso do Plano Real, que projetou Fernando Henrique Cardoso para a presidência em 1994; o bem-sucedido primeiro governo do ex-presidente Lula, com a melhoria da condição econômica de grande parte da população, que foi responsável por sua reeleição em 2006", elucidou o doutor em Ciência Política e professor do Ibmec Brasília Ricardo Caichiolo.

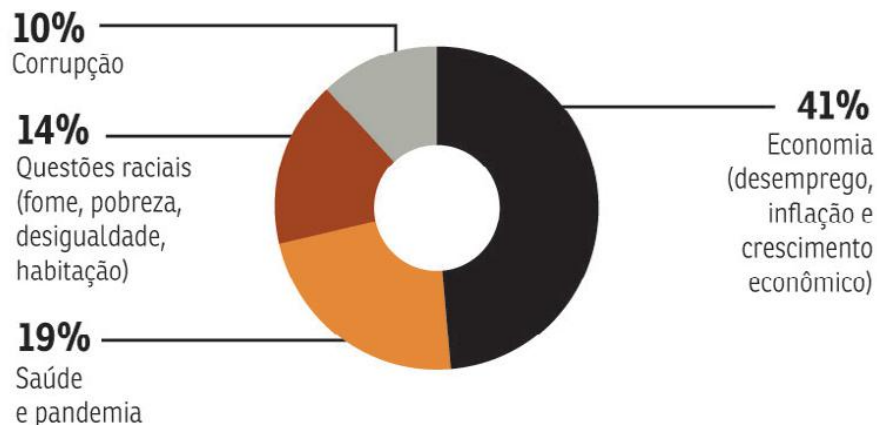
Cristiano Noronha concorda com o colega e lembra que Fernando Henrique Cardoso também foi reeleito por conta da questão econômica. "Em 1998, FHC também acabou sendo reeleito por essa questão econômica. Naquele ano, os eleitores viam o ex-presidente como a pessoa capaz para enfrentar toda aquela questão de forte turbulência na economia internacional, já que ele demonstrou uma grande capacidade no enfrentamento da **inflação** em 1994", relembrou.

Para tentar se reeleger com base na pauta econômica, Caichiolo acredita que Bolsonaro irá explorar a implementação do novo Auxílio Brasil.

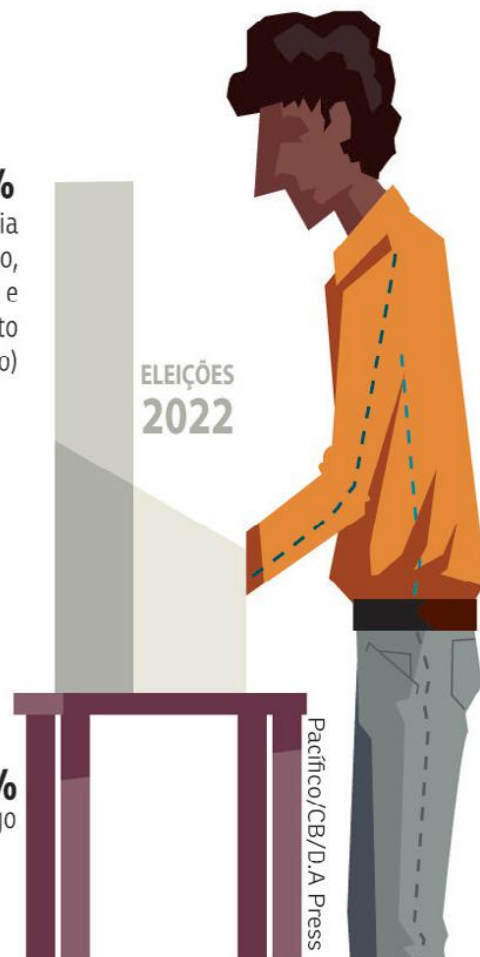
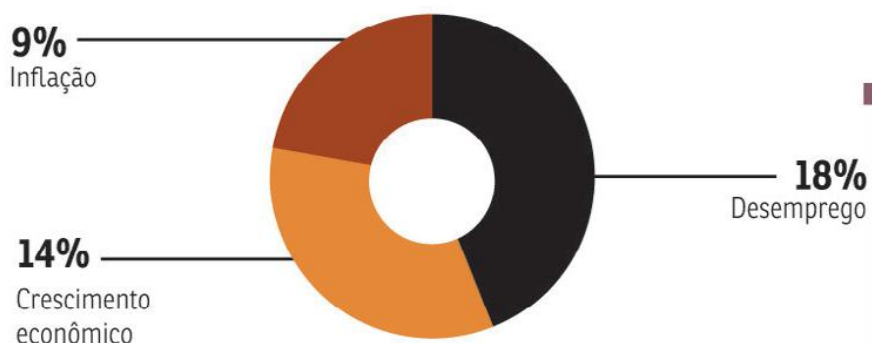
# As principais preocupações dos eleitores para 2022

Pesquisa da Genial/Quaest aponta que 41% dos eleitores acreditam que o principal problema do país é a economia. Segundo especialistas, o tema deve dominar os debates na disputa eleitoral.

## O PRINCIPAL PROBLEMA DO PAÍS É:



## NA ECONOMIA, O MAIOR PROBLEMA É:



# ICMS sobre combustíveis pode ter solução fácil (Artigo)

**Darcy Francisco Carvalho dos Santos e Júlio Francisco Gregory Brunet**

Há um modo simples de evitar a perda dos estados sem sobrecarregar os contribuintes com reajustes acima da **inflação**: limitar o reajuste do ICMS dos combustíveis à **variação** do IPCA, que é o índice oficial de **inflação** e dos planos de ajuste fiscal dos entes federativos.

O ICMS é o principal tributo brasileiro, responsável por 70% da receita corrente dos estados e boa parte da receita dos municípios. Os combustíveis, com uma participação entre 15% e 20% da arrecadação total, são alvo de alíquotas especiais em função de seu peso e inelasticidade.

A principal causa do aumento do preço dos combustíveis está na alta do preço do petróleo, que, junto com a taxa de câmbio, originou uma variação de 91,6% (12 meses, até novembro de 2021). Nos últimos três anos, a variação de preço e dólar foi de 82%. Com o IPCA de 19,3%, no período, houve um crescimento real de 52,5%, o que corresponde a uma variação média de 15% ao ano. Apesar de as despesas de União, estados e municípios ocorrerem em reais, elas têm nos combustíveis uma fonte indexada ao dólar, o que não faz nenhum sentido.

O projeto aprovado na Câmara dos Deputados em outubro de 2021 transforma em valor fixo por litro o ICMS: a **inflação** logo ali adiante o defasará, penalizando estados e municípios.

E os governadores, através do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), congelaram temporariamente o preço-pauta dos combustíveis (produto sujeito à substituição tributária).

A nosso ver, seria mais simples a substituição da redação do § 40 do art. 8o da lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, abaixo transcrito: - § 4o: A margem a que se refere a alínea e do inciso II do caput será estabelecida com base em preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, devendo os critérios para sua

fixação ser previstos em lei.

O artigo acima passaria a ter a seguinte redação (com a inclusão do novo trecho entre aspas): - § 4o A margem a que se refere a alínea c do inciso II do caput será estabelecida com base em preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, "limitada [a média ponderada] à variação do IPCA, ou de outro índice que venha a substituí-lo, no período considerado", devendo os critérios para sua fixação ser previstos em lei.

Procedendo assim, os estados não deixarão de receber a variação da **inflação** nessa parte de sua receita, e os consumidores estarão livres desse sobre preço.

**Site:**

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49814&\\_ga=2.267913294.1584659839.1644043159-1541969934.1641019805&anchor=6449667&pd=55ae3ac5fec63bf3eda7914301482f47](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49814&_ga=2.267913294.1584659839.1644043159-1541969934.1641019805&anchor=6449667&pd=55ae3ac5fec63bf3eda7914301482f47)

# O imbrochável vai a Moscou - MATHIAS ALENCASTRO

**MATHIAS ALENCASTRO**

Uma característica inusitada do bolsonarismo é a preocupação constante em associar seu projeto doméstico a uma grande narrativa internacional. O fim da aliança com Trump e Netanyahu, pedra angular da diplomacia entre 2019 e 2021, obrigou aliados do presidente a irem atrás de alternativas.

Após trocar simpatias com Erdogan e se encontrar com os petromonarcas do Oriente Médio no final do ano passado, Jair Bolsonaro se prepara para completar a guinada oriental da sua política externa com a viagem à Rússia. Para Vladimir Putin, o momento não poderia ser mais oportuno.

Numa das maiores mobilizações de uma potência militar desde a Guerra do Golfo de 2003, o líder russo estacionou cerca de 130 mil tropas na fronteira ucraniana e iniciou um jogo de pressão com as potências ocidentais. O mês de fevereiro será decisivo, e Putin quer mostrar que a Rússia não está isolada.

No embalo do memorável encontro com Xi Jinping, apresentará a visita de Bolsonaro como manifestação de apoio dos países do Brics. Para desespero do Itamaraty, será quase impossível impedir a instrumentalização da agenda pelo Kremlin.

Esse enésimo constrangimento diplomático terá impacto limitado para o Brasil. As potências ocidentais parecem indiferentes às provocações de Bolsonaro, que consideram um caso perdido.

A aproximação com potências não ocidentais vai sempre esbarrar na antipatia à China, tornada irreversível pelo comportamento primitivo dos bolsonaristas.

Nesse contexto, é difícil que algum dirigente, a começar pelo ultrarrealista Putin, gaste seu capital político se comprometendo com o governo brasileiro a poucos meses das eleições. A nova fase da diplomacia bolsonarista promete ser igual à anterior: amadora, superficial e facilmente manipulável.

Sobram a Bolsonaro, apequenado e isolado, o vício e a vigarice. Desde as eleições de 2018, ele vem usando as relações internacionais para virilizar a sua

imagem.

Sob esse ponto de vista, a agenda russa cumpre plenamente a sua função. Nos últimos 20 anos, Putin praticamente reinventou o uso da masculinidade como um instrumento de poder, pilotando tanques e desafiando ursos para resgatar a autoestima dos homens russos traumatizados pelo colapso da União Soviética. Ao se aproximar do rei da masculinidade tóxica, Bolsonaro reafirma a sua associação a Donald Trump, Mohammed bin Salman, Matteo Salvini e outras figuras admiradas pelo eleitor de extrema direita.

Mas essa operação cosmética pode sair pela culatra. Afinal, o contraste entre os dois exércitos é muito mais forte do que o paralelo entre Bolsonaro e Putin. De um lado estará o chefe de uma força que se notabilizou por alçar a posições de tomada de decisão sumidades como Eduardo Pazuello, desfilar com tanques fumegantes e gastar em filé mignon e picanha os recursos para enfrentar a crise sanitária.

Do outro, o líder de um país que consegue pensar em todos os tabuleiros militares do mundo com o **PIB** equivalente ao do Brasil. A viagem a Moscou vai deixar claro, outra vez, a insignificância do imbrochável.

**Site:**

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49814&\\_ga=2.267913294.1584659839.1644043159-1541969934.1641019805&anchor=6449667&pd=55ae3ac5fec63bf3eda7914301482f47](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49814&_ga=2.267913294.1584659839.1644043159-1541969934.1641019805&anchor=6449667&pd=55ae3ac5fec63bf3eda7914301482f47)



# Juros em dois dígitos levam atenções para Tesouro Direto

**Lucas Bombana**

A oportunidade de ganhos com a volta da taxa Selic ao patamar dos dois dígitos, confirmada pelo Banco Central na semana passada, aguça o apetite dos investidores por aplicações em renda fixa.

Dentre as oportunidades, a de menor risco, e com taxas de rentabilidade atraentes, na avaliação de especialistas, é a dos títulos públicos.

Esses papéis nada mais são do que dívidas emitidas pelo governo por meio do Tesouro Nacional, que oferecem uma taxa de retorno para atrair o investidor e que podem ser negociadas através da plataforma digital Tesouro Direto.

Há três principais opções de títulos que podem ser adquiridos por meio da plataforma digital: os papéis Tesouro Prefixado, que oferecem ao investidor uma taxa de juros nominal previamente estabelecida; os papéis Tesouro IPCA, em que há uma taxa preestabelecida, acrescida da variação do índice oficial de **inflação**; e o Tesouro Selic, que acompanha de perto o rendimento da taxa básica de juros.

Segundo Orlando Bachesque, assessor do escritório Alta Vista Investimentos, as taxas de retorno dos títulos públicos vêm em trajetória ascendente desde meados do ano passado, seja em razão do próprio aumento da Selic, seja devido às incertezas relativas à economia e à política em 2022, que fazem o investidor cobrar mais para emprestar seu dinheiro ao governo.

Na sexta-feira (4), os papéis Tesouro Prefixado com vencimento para 2024, por exemplo, tinham uma taxa de retorno nominal de 11,28% ao ano. No caso dos papéis Tesouro IPCA para 2030, a taxa de juro real, ou seja, acima da **inflação**, era de 5,38% ao ano.

Especialistas do mercado de investimentos apontam que, diante do nível de taxas que tem sido praticado ultimamente, há algumas boas oportunidades nos títulos públicos neste momento.

O que vai definir qual a melhor alternativa será o perfil de risco e o horizonte de investimento de cada um, diz Mauro Morelli, estrategista do escritório Davos Investimentos.

Para aquela parcela dos recursos que deve ser mantida como uma espécie de colchão de liquidez, que precisa estar disponível rapidamente em caso de emergência, as melhores opções, diz o estrategista, são os papéis Tesouro Selic. Em especial agora, com a taxa de juros de volta aos dois dígitos e com a perspectiva de que suba ainda mais um pouco, diz.

Já para aquele dinheiro que pode ficar investido por um pouco mais de tempo, o estrategista da Davos afirma que vê com bons olhos as taxas de retomo ofertadas pelos papéis Tesouro IPCA, principalmente os com vencimento de médio prazo, entre 2026 e 2035.

"Ocorreu um aumento importante do juro real em 2021, que deve continuar neste ano, embora a maior parte do movimento já tenha ocorrido. Nesse sentido, ativos atrelados ao IPCA podem ser atrativos para investidores com um foco de médio prazo", diz Morelli.

Embora a expectativa majoritária do mercado apontada pelo relatório Focus seja de uma desaceleração importante da **inflação** à frente, ele lembra que, em um ano repleto de incertezas, no Brasil e no exterior, não é possível descartar que os preços sigam pressionados por mais algum tempo.

O estrategista acrescenta ainda que, no caso dos prefixados, apesar de as taxas se encontrarem na casa dos dois dígitos, é possível que essa remuneração oferecida pelos papéis venha a subir ainda mais um pouco a curto prazo, acompanhando o novo aumento previsto para a Selic.

"Das três opções no Tesouro Direto, os prefixados são os de que menos gosto atualmente", afirma o estrategista da Davos, para quem esses papéis devem se tornar uma alternativa mais atraente quando o ciclo de aperto monetário for encerrado.

Chefe de análise de renda fixa da Xp Camilla Dolle diz que, para aqueles que tiverem interesse em aplicar no Tesouro Direto, é importante lembrar que, conforme os juros aumentam, a rentabilidade dos papéis que já estão na carteira do investidor tende a ficar negativa.

Isso em razão de um efeito conhecido como marcação a mercado, que é quando o título adquirido anteriormente por uma taxa mais baixa passa a

oferecer mais devido às condições de mercado.

Camila diz que, em 2021, o papel Tesouro IPCA 2045 registrou uma rentabilidade negativa de 25,4%, em uma toada que prosseguiu em 2022 -em janeiro, o título teve queda de 4,04%. A especialista da XP assinala que, quanto mais longo o título, mais volátil o seu comportamento.

Mas ela acrescenta que essas perdas só serão de fato realizadas caso o investidor resgate o título antes do prazo final. Se o papel for carregado até o vencimento, o retorno entregue, afirma, será exatamente aquele que foi acordado no momento da compra.

"É importante que as pessoas tenham consciência dessas oscilações, que devem continuar ocorrendo neste ano de eleições e cenário externo mais incerto, até para que possam se proteger. O ideal é comprar títulos com prazos condizentes com o objetivo delas", afirma a sócia da XP.

Ela considera os papéis Tesouro IPCA com vencimento em 2030, que na sexta eram negociados com taxa de juro real de 5,38%, com uma boa relação entre risco e retorno.

"Não é um prazo tão longo e, com isso, o investidor fica sujeito a uma volatilidade menor em comparação a títulos de vencimento mais dilatados." "A volatilidade deve seguir presente no mercado, mas talvez em uma magnitude não tão significativa. Até porque, é preciso lembrar, em 2021 a Selic saiu de 2% para 9,25%.

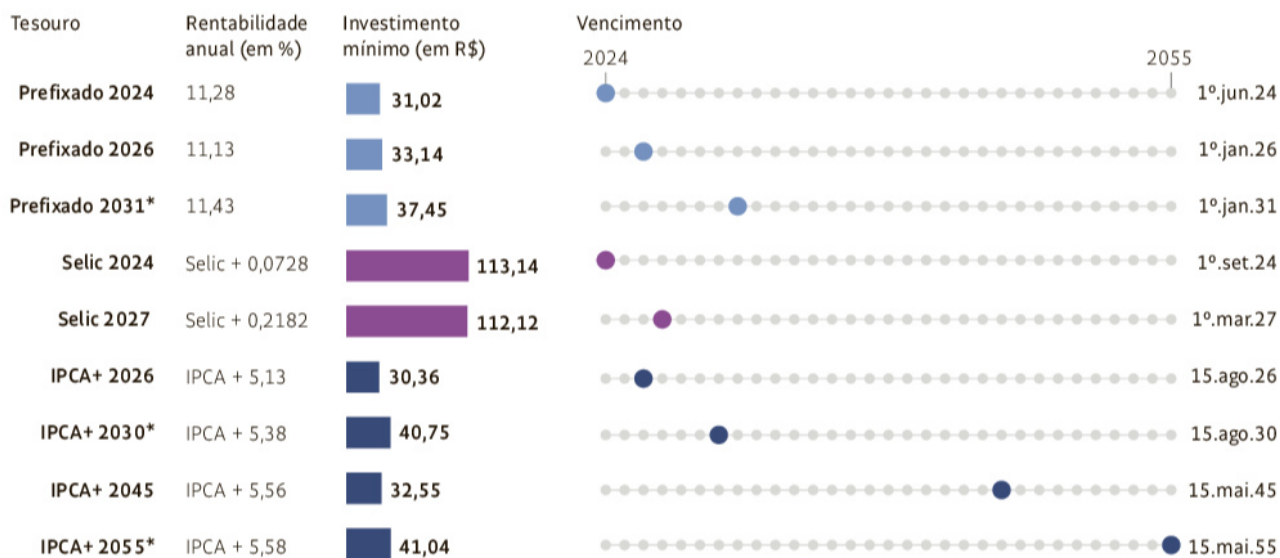
E a expectativa para este ano é de uma alta em intensidade muito menor", afirma Bachesque, da AltaVista.

No relatório Focus, as projeções indicam uma Selic de 11,75% em dezembro, o que embute mais uma alta de um ponto percentual, após a decisão de quarta que levou a taxa básica de volta aos dois dígitos, para 10,75% ao ano- "Para títulos de prazo mais longo, também tenho preferência pelos indexados ao IPCA, que dão ao investidor o conforto da proteção contra o risco de a **inflação** permanecer alta", afirma o assessor.

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49814&\\_ga=2.267913294.1584659839.1644043159-1541969934.1641019805&anchor=6449667&pd=55ae3ac5fec63bf3eda7914301482f47](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49814&_ga=2.267913294.1584659839.1644043159-1541969934.1641019805&anchor=6449667&pd=55ae3ac5fec63bf3eda7914301482f47)**

### Rentabilidade dos títulos públicos no Tesouro Direto



\*Com pagamento de juros semestrais. Fonte: Tesouro Direto



# As atuais metas de inflação são irrealistas (Artigo)

**Claudio Adilson Gonzalez**

Como se sabe, o IPCA fechou 2021 com variação acumulada de 10,1%. Foi a terceira maior taxa dos últimos 20 anos, abaixo apenas de 2002 (12,53%) e 2015 (10,67%), tendo superado em mais de 6 pontos percentuais a meta de 3,75% estabelecida para o ano e estourado em quase 5 pontos o limite superior de tolerância. Além disso, as expectativas são de que esse teto será novamente ultrapassado em 2022 e de que, em 2023, a variação dos preços ainda ficará acima do ponto central do intervalo da meta. No mercado financeiro, poucos acreditam que a meta para 2024 (3%) será obedecida.

Em função disso, grande parte dos economistas e analistas do mercado financeiro insiste que o Banco Central (BC), independentemente do que ocorra com o emprego e a renda, deve elevar a taxa básica de juros (Selic) até que a inflação convirja para as metas, ou seja, 3,25% e 3%, em 2023 e 2024, respectivamente.

Será que essa é a receita de política monetária ótima? Não acredito que seja, embora nos meus mais de 40 anos como economista profissional, eu tenha deixado clara minha aversão à tolerância com a inflação.

Ocorre que toda política pública, inclusive a monetária, tem de ser avaliada levando em conta sua factibilidade, credibilidade, seus custos e benefícios.

Pesquisas acadêmicas recentes vêm pondo em dúvida o cânone de que o crescimento e o bem-estar social serão tanto maiores quanto menores as taxas de inflação. Por exemplo, os economistas Abbritti, Consolo Weber (Banco Central Europeu e FMI), usando modelagem sofisticada, argumentam que a taxa ótima de inflação, em termos de custos e benefícios econômicos e sociais, não é necessariamente a mais baixa possível. Estimam que, para a zona do euro, essa taxa seja muito próxima a 4%.

E as metas de inflação para o Brasil, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, para este e para os próximos dois anos, por razões externas e domésticas, não são factíveis e, certamente, são inferiores à chamada taxa ótima.

Nos Estados Unidos, há fatores estruturais,

principalmente ligados ao mercado de trabalho, que muito provavelmente não permitirão que a inflação fique muito abaixo de 3%, em média, até 2024. E não se espere que o FED (o BC norte-americano) adote um choque monetário para lograr tal objetivo.

Hoje se sabe que manter a economia operando por tempo prolongado muito abaixo do seu potencial tem efeitos deletérios para o crescimento de longo prazo, porque causa destruição de capital físico e humano.

Isso também é ruim para a política fiscal, pois os grupos econômicos com maior poder de pressão em Brasília vão pedir, e certamente conseguirão, benesses à custa do erário.

Exigir que o BC faça a inflação brasileira convergir para a norte-americana, até 2024, apesar do nosso desajuste fiscal, da nossa cultura de indexação e da inflação importada, é dar murro em ponta de faca.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# "Juro alto é um remédio amargo, mas necessário"



**REBECA SOARES**

A taxa básica de juros, a Selic, subiu para 10,75% ao ano na última quarta-feira, após o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, elevar os juros em 1,5 ponto percentual.

Foi a oitava alta consecutiva no índice, que passou do menor patamar histórico, de 2%, em 2021, para o atual nível de dois dígitos pela primeira vez em quatro anos e meio.

A chefe de Economia da Rico, Rachel de Sá, conversou com o E-Investidor sobre o impacto da nova taxa nos investimentos.

Ela chama a atenção para as expectativas para o momento do freio do Copom na taxa, que deve ocorrer ainda no primeiro semestre.

O que muda nos investimentos com a Selic chegando a dois dígitos?

Esse é um movimento que já vem acontecendo, é a consolidação dos dois dígitos. Chegamos aos 10,75% e há expectativa de aumento, que deve chegar perto de 12%, segundo projeções do Focus. É um momento de entender como algumas classes de ativos, sobretudo de renda fixa, começam a ficar mais atrativas, enquanto outras podem ficar mais atrás. O

outro efeito que é importante olhar é que a taxa básica de juros serve exatamente como base para todos os outros juros na economia. Nesse ponto, é essencial ter cuidado para avaliar a solicitação de crédito.

Nesse cenário, quais são os principais ativos para o investidor ter na carteira?

Não é porque a renda fixa se tornou mais atrativa agora que a renda variável morreu. Ainda existem investimentos atrativos na Bolsa, a depender do perfil do investidor e das metas desejadas. Os investidores que estavam olhando para ações na Bolsa antes da alta da Selic, porque respeitavam o seu perfil, não têm motivos para não continuar olhando. Porém, quem não tem esse apetite de risco deve se manter afastado.

Para investidores individuais, buscar fundos geridos por profissionais é sempre uma boa opção, seja um fundo multimercado ou fundos com participação nos mercados internacionais.

A inflação alta tende a beneficiar ativos reais.

Dessa forma, outra dica é olhar para o setor de commodities.

Com a taxa em 10,75%, podemos dizer que 2022 vai ser o ano da renda fixa?

Podemos dizer que é um ano de destaque, mas a renda fixa sempre tem um espaço na carteira e continua tendo essa participação, que se torna ainda mais atrativa. Mas não, necessariamente, é o ano da renda fixa por três motivos: ela nunca perdeu relevância, não vejo outra classe em detrimento dela e, por fim, pelo histórico do País.

O Ibovespa aliviou as perdas de 2021 em janeiro, o que resultou no melhor fechamento mensal desde dezembro de 2020. O aumento dos juros pode barrar esse respiro da Bolsa?

Essa nova alta já está bastante precificada, até porque o Banco Central deixou muito claro que iria subir esse 1,5 ponto percentual. Vimos a alta no fim de janeiro como reflexo do ponto de vista internacional, chamado de rotação. Ou seja, os investidores estão saindo de um tipo de investimento, como empresas de growth (crescimento) e indo para outros ativos, especialmente

empresas de value (valor), que geram lucro no presente.

É consenso que a economia entrará em recessão em 2022? Qual será o impacto da atividade econômica no mercado?

Esse aumento de juros é exatamente a forma que o BC tem para reduzir a atividade econômica. Para reduzir a pressão sobre os preços, o órgão político-monetário desaquece a economia tornando o crédito mais caro.

Acreditamos que o crescimento do **PIB** seja zero, o que reflete uma política monetária contracionista. Costumo falar que o único fator que pode ser pior do que os juros elevados em uma economia é a **inflação** alta. A taxa de juros alta é um remédio amargo, mas necessário para controlar o que é ainda pior, a **inflação**.

O ano de 2021 já foi bastante volátil para a Bolsa.

É possível que 2022 seja marcado por mais volatilidade ainda, considerando também as eleições presidenciais?

Fizemos uma avaliação na qual constatamos que a volatilidade brasileira não é necessariamente maior em ano de eleição, como acontece com outros mercados. A volatilidade está sempre presente no Brasil, porém isso não significa que não temos maior incerteza. Ano eleitoral sempre tem esse fator impactando o mercado de renda fixa, assim como a precificação do real. Para o investidor, a conclusão é: em ano eleitoral não faça nada diferente do que você faria em qualquer outro ano.

Mantenha sua carteira diversificada, olhe para o horizonte de investimento, respeite seu perfil de risco e não tente fazer "trade eleitoral".

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# No roteiro de Bolsonaro na Rússia, encontro com CEOs e críticas à Venezuela

*Daniel Rittner e Fabio Murakawa*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3)

# BCs se movem para subir juro dos dois lados do Atlântico (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187134?page=4&section=3)